

programa

"O Domingueiro"

• entrevistas

• Rádio Comercial

• jornalista: Filipe Gouveia



14 II 82

**MARIA DE LOURDES PINTASILGO**  
**PRIMEIRO MINISTRO**

Fundação Cuidar o Futuro

# Ref. ta ao Dr. Genil Martins:

- Como pres.<sup>te</sup> d'orden dos médicos como encara a ~~des~~ profissionalização d' medicina, tornando as pessoas + autónomas e responsáveis, menos dependentes do poder médico (q' é 1 dos formas de poder menos denunciadas q'uan + reais na soc. contemp.)
- Q' modelo de sistema de saúde preconiza de modo a garantir q' todos os portugueses tenham acesso aos meios de prevenção e aos cuidados médicos de q' precisam?

Fundação Cuidar o Futuro



# Dificuldades não entravarão projecto de mudança

O Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão, faz ontem perante os portugueses um balanço de seis meses de governação e a definição dos rumos do futuro, afirmando a certeza de que o "Governo está a trabalhar para mudar Portugal".

Segundo assegurou, nestes seis meses "muita coisa foi feita em cumprimento de um indispensável projecto político de mudança das estruturas portuguesas", mas precisou que muito mais há a fazer. A mudança far-se-á de "acordo com as regras democráticas e no sentido das promessas que, maioritariamente os eleitores portugueses escolheram".

Balsemão afirmou-se consciente de que o seu projecto de mudança "custa trabalho e vai doar a muitos que perderão privilégios" mas disse ter consigo a "esperança" que se está a "transformar em certeza de um futuro mais justo, mais digno e portanto mais feliz".

É este e na íntegra o teor da comunicação de Pinto Balsemão ao País:

"Hoje, depois de apenas seis meses de Governo, quero analisar convosco os resultados deste passado recente e traçar os rumos do nosso futuro, como Governo da maioria, para todos os portugueses.

Antes, porém, quero manifestar publicamente às portuguesas e aos portugueses a minha gratidão pelo sentido cívico que, quase sem excepções, demonstraram no decurso deste semestre, e pelo trabalho que durante ele realizaram.

Quero ainda afirmar que tenho razões para estar satisfeito com a actuação do Governo. Na verdade, passaram apenas seis meses, e sobram quarenta para realizarmos o que prometemos.

Mas, nestes seis meses, muita coisa foi feita, em cumprimento de um indispensável projecto político de mudança das estruturas portuguesas.

De que se trata, afinal, quando se fala de mudança?

Trata-se, acima de tudo, de libertar a sociedade civil, ou seja, de permitir às portuguesas e aos portugueses que avaliem as suas potencialidades, manifestem as suas aspirações e, em liberdade, definam os caminhos do futuro. Por outras palavras: ao Governo compete construir e propiciar os alicerces, sem nunca impor o dirigismo político de um aparelho de estado centralizador, nem consentir a concentração dos meios de produção, tanto em monopólios de Estado, como em grupos económicos privados.

A libertação da sociedade civil passa, necessariamente, pela regionalização e pelo reforço do poder local. Mas passa igualmente pelo desmantelamento de vícios herdados do gonalvismo e de um revolucionarismo patológico em que vivemos durante determinado, talvez demasiado tempo, e ainda por deixar de gerir a crise e o arremedo de socialismo que a originou. Só assim será possível modernizar resolutamente Portugal, com base em critérios permanentes de desenvolvimento e justiça social.

É isso que temos feito ao longo dos últimos seis meses e que continuaremos a fazer, durante o nosso mandato.

Trata-se, em termos mais concretos, de dizer, e de pôr em prática, através de uma nova lei do serviço nacional de saúde, que a saúde só deve ser paga por quem pode pagá-la e deve ser regionalizada para melhorar de qualidade.

Trata-se de encarar, com determinação, o problema da habitação. Criamos um sistema de depósito-poupança, que permitirá o acesso à habitação própria de agregados familiares de rendimento baixo. Lançamos o novo sistema de rendas condicionadas, que constitui um importante passo para encorajar o investimento no domínio da habitação para arrendamento. Temos estudada e pronta a solução para as camadas da população (principalmente a de 20 por cento dos portugueses) que não têm recursos

para comprar ou alugar casa condigna.

Vamos possibilitar a venda aos actuais inquilinos das casas que hoje pertencem ao Fundo de Fomento da Habitação e à Caixa Nacional de Pensões. Vamos criar um novo regime de financiamento às cooperativas de habitação, cuja actividade consideramos essencial.

Vamos também legislar sobre solos e urbanização, por forma a aumentar a oferta e a pôr termo às especulações.

## TUDO ISTO É MUDANÇA

Tudo isto acontece pela primeira vez.

Tudo isto é mudança, em cumprimento de um projecto nacional que o Governo anterior iniciou.

Trata-se também de garantir um sistema de educação virado para o desenvolvimento do País, que prepare os jovens para o ingresso no mundo do trabalho. É o que já fizemos, criando a carreira docente do ensino politécnico, implantado em todo o

País e que começará a funcionar, em algumas escolas, em Outubro próximo; proporcionam-se, assim, condições de acesso a uma formação superior aos jovens que terminam os seus estudos secundários e não têm pudido matricular-se nas universidades o que é resultante do princípio do "numerus clausus" que continuamos a defender. Ao nível do ensino secundário, principiamos também com o ensino profissionalizante; no próximo ano lectivo, esta fase experimental será alargada a um núcleo profissionalizante de três anos, a partir, portanto, do 9.º ano de escolaridade, antigo 5.º ano. Tencionamos generalizar o sistema a partir do ano lectivo de 1982/83, preparando, deste modo, os técnicos intermédios necessários para o desenvolvimento da economia, de acordo com um estudo das necessidades da economia, de acordo com um estudo das necessidades nacionais e de trabalho até 1995 — este planeamento que nunca havia sido feito entre nós.

E não se pode esquecer que, no ano lectivo que agora termina, a vida escolar decorreu com perfeita normalidade, a qualidade do ensino tem vindo a melhorar, a colocação dos professores fez-se a tempo e horas; desapareceu, por outro lado, o desemprego dos professores primários, minimizaram-se as rupturas e colmatamos a rede de ensino, com especial incidência na educação pré-escolar.

Tudo isto é mudança em nome de um projecto nacional.

Trata-se de distribuir, no Alentejo, as terras que pertencem ao Estado, distribuí-las por camponeses, pequenos agricultores, seareiros e rendeiros, o que continuamos a fazer ao longo destes seis meses, de acordo com princípios que definimos quanto à exploração da terra, e que incluem a penalização das terras incultas ou abandonadas.

Mas, para nós, a agricultura não se resume à chamada zona de intervenção da Reforma Agrária. Multiplica-

mos por três o crédito agrícola, expandimos os seguros agrícola e pecuário e incentivamos produções tradicionais como os cereais e as oleaginosas.

O apoio do Governo ao associativismo agrícola é definitivo e privilegia o sector cooperativo, sector que, aliás, promovemos em todos os seus ramos e não apenas no agrícola.

A mudança é, assim, introduzida num projecto nacional. É o que tem sucedido, também, em matéria de polí-

tica económica e financeira.

Começamos a mudar a filosofia do Orçamento Geral do Estado, conseguindo, ao mesmo tempo, baixar vários impostos, e preços fá-lo-emos com mais tempo e profundidade, em relação ao orçamento de 82 que já se encontra em adiada fase de preparação, devendo, também pela primeira vez, ser entregue na Assembleia da República durante o mês de Outubro.

Estamos determinados a acabar com monopólios de Estado, tal como já sucedeu com a importação de açúcar e esperamos que venha a acontecer com a comercialização de cereais.

Em matéria de empresas públicas, vamos racionalizar e, quando necessário, regionalizar mudando de métodos de trabalho e constituindo equipas eficientes e apostadas em colaborar e obedecer aos objectivos definidos pelo poder político democraticamente eleito. Isto sem miopias partidárias, que outros usaram e agora pretendem, sem razão, acusar-nos de usar.

## A POLÍTICA DE VERDADE

Traçamos um objectivo quanto à inflação e o índice de preços anual está agora nos 15 por cento tendo desaccelerado claramente em Maio, depois de uma subida em Abril, com a qual já contávamos, porque foi necessário aumentar os preços de alguns bens essenciais, para que mais tarde as donas de casa não tivessem de pagar ainda mais. A revisão da política do "cabaz de compras" tem, aliás, três finalidades essenciais: minimizar os efeitos sobre o poder de compra das famílias; caminhar com realismo para uma política de verdade dos preços, única capaz de estimular a concorrência e a qualidade; e deixar de, através dos dinheiros públicos, subsidiar cegamente o rico e o pobre, o turista e o português.

Tudo isto é mudança, mudança em nome de um projecto nacional.

A política salarial tem garantido — e mais do que garantido — o poder de compra, sem embargo de, pela primeira vez, a termos ligado ao aumento da produtividade e ao combate ao absentismo fraudulento, ao absentismo, essa nódoa ainda desprestigante do nosso panorama social.

Revogamos, por outro lado, a legislação sobre a intervenção do Governo nas empresas privadas. E começamos a recriar o mercado de capitais: o êxito da subscrição de obrigações de empre-

Deus e a lei q' só a m' sejam  
pedidas contas pela manutenção  
do direito à vida.

Fundação Cuidar o Futuro



# Registo

## A briga no PSD

O folhetim Goulão continua a provocar tensões no PSD. O jornal reaccionário «Tempo», sob o título «Goulão fica», anunciou, categórico, que o secretário da Produção recebera todo o apoio do Primeiro-Ministro. Os factos não confirmaram, entretanto, a profética convicção dos rapazes daquela folha, especializada em boatos e intrigas. O sr. Pinto de Balsemão nem sequer apareceu na reunião em que deveria ter sido discutido, num hotel lisboeta, o «dossier» Goulão. O próprio ministro sr. Cardoso e Cunha achou prudente, também, não comparecer.

O sr. João Goulão sentiu a solidão da atmosfera. Somente a solidariedade calorosa do sr. Carlos Macedo que, em abstrusa peroração, garantiu que o caso Goulão era «fruto de especulações». Deverá, pois, falar com o Primeiro-Ministro, cujo jornal se tem destacado na denúncia das ilegalidades do sr. João Goulão e do seu desrespeito pelos tribunais da República.

Pouco feliz foi igualmente o sr. Macedo ao qualificar de «pirata» o documento do Grupo de Estudos do Porto do PSD no qual o CDS é acusado de controlar o Governo AD. Inflamado, o dirigente do PSD zurziu duramente os seus correligionários portuenses, o que prenuncia réplica adequada.

~ A tempestade não amaina no partido do sr. Balsemão.

Fundação Cultural do Futuro

1) Não costumo trabalhar  
com cenários possíveis - não  
leio a siva! Não está no  
horizonte.

Na hipótese teórica de uma  
~~movimentação~~ social tal  
afareci, penso q a capa-  
cidade de mobilização popular  
de RE aumentou!

Penso q dependeria de  
dois factores:

— q programa incatig-  
ria? q corpo de ideias?  
q soue bde? nao só  
bessa!

— q talento e sensibilidade  
consufarse



dades europeias efectuou-se sem ter sido posta em causa a obra realizada anteriormente. Por outro lado, não coarctou o relançamento da construção europeia, nomeadamente, a instituição do Conselho europeu e a eleição da Assembleia por sufrágio universal directo".

Observa-se, portanto, que a passagem de seis a nove membros gerou problemas, embora minimizados hoje por conveniências políticas.

## O SEGUNDO ALARGAMENTO

O segundo alargamento da CEE abrange três nações: Grécia, Espanha e Portugal.

A Grécia depositou o seu pedido de adesão a 12 de Junho de 1975, Portugal a 28 de Março de 1977 e a Espanha em 28 de Julho do mesmo ano. A Comissão de Bruxelas deu parecer positivo aos pedidos, respectivamente em Janeiro de 1976, Junho e Novembro de 1978. As negociações com a Grécia levaram à assinatura do tratado de adesão em 28 de Maio de 1979 para uma entrada em vigor a 1 de Janeiro do corrente. As negociações com Portugal e Espanha prosseguem.

Este alargamento coloca sérios problemas. Maiores ainda do que o primeiro. De imediato surge uma interligação: possuirá a Comunidade capacidade para absorver três países que necessitam de importante ajuda económica?

Antes, porém, de abordar esta etapa da construção europeia, convém esclarecer que entre os argumentos apresentados para um pronto alargamento figura o do "regresso dos três países à democracia".

## PROBLEMAS INSTITUCIONAIS

A perspectiva de mais três adesões à Comunidade levanta o problema do funcionamento das instituições, sabendo-se que a entrada de novos membros abre os órgãos da CEE à total compar-

ticipação dos recém-chegados no processo de decisão.

Já em Fevereiro de 1978 o boletim das Comunidades Europeias apontava:

"A presença de doze membros submeterá as instituições e os processos de decisão a tensões consideráveis e expõe a Comunidade a riscos de bloqueio ou de dissolução se as condições práticas onde funciona não melhorarem".

Calcula-se, sem dificuldade, o aumento de efectivos que se verificará com o novo alargamento. Sobre esta matéria vejamos as posições da Comissão de Bruxelas, do Conselho Europeu e de Roy Jenkins, presidente da comissão:

Em 1979, a Comissão reconhecia: "O recurso mais frequente ao voto da maioria parece recomendável", antes de acrescentar: "A solução deverá ser a proposta pelos chefes de Estado e do Governo que, durante a reunião da cimeira de Paris em fins de 1974, consideraram conveniente renunciar à prática que consista em subordinar ao consentimento unânime dos Estados membros as decisões sobre todas as questões" (4).

O Conselho e, no seu interior, particularmente, a França, mostrou-se reservado quanto às propostas da Comissão. Giscard tinha proposto, então, que um comité de "sábios" estudasse — no quadro dos tratados, evidentemente — as respostas a dar às interrogações colocadas pelo alargamento. O relatório deste comité foi entregue em fins de 1979.

Quanto a Roy Jenkins, num discurso pronunciado em Paris no Círculo de Opinião, a 6 de Outubro de 1978, declarou: "Há algum tempo, a Comissão apresentou propostas sobre a forma de resolver certos problemas, bem como, por que Giscard e Leleuzing, observaram apenas, no que a este assunto respeita, às discussões havidas no Conselho em que os Estados membros se mostraram mais conservadores do que a Comissão".

## PROBLEMAS ECONÓMICOS

Os problemas económicos e sociais ligados ao alargamento são numerosos, complexos e necessitam no seu conjunto de maior análise. Todavia, bastará citar os seguintes dados para formar uma ideia já concreta:

— desequilíbrio flagrante entre ricos, como a Alemanha, e pobres como Portugal;

— enorme massa de desempregados, sem dúvida, com tendência para aumentar;

— crescimento geral e particular da taxa inflacionária pondo em causa a estabilidade monetária e mesmo a existência da moeda europeia;

— agudização da dependência energética (sabe-se que o Conselho Europeu fixou para 1985 uma taxa máxima de 50 por cento).

A estas dificuldades económicas graves juntam-se, inevitavelmente, outras derivadas da regionalização e de sectores particulares.

Medidas, aproximadamen-

te, pelo desnível do produto interno bruto por habitante, as diferenças entre os índices de desenvolvimento serão mais significativas na Europa afargada. Actualmente, essas diferenças são de 1 para 5 entre a Calábria e Hamburgo, de 1 para 6 entre a Irlanda ocidental e Hamburgo e serão de 1 para 12 entre a região de Vila Real (Bragança) e Hamburgo.

Para a comunidade, este segundo alargamento traduzir-se-á num aumento de 55 por cento do número de agricultores, de 49 por cento da superfície cultivada mas, apenas de 24 por cento em termos de produção agrícola total. Acrescente-se que as produções agrícolas dos futuros membros — vinhos, frutas, legumes, azeite — concorrerão directamente com as de Itália e do "Midi" francês, provocando um excedente que só poderá resolver-se mediante exportações para fora da Comunidade.

## PROBLEMAS INDUSTRIAIS

As indústrias dos candidatos colocam outros óbices. A Grécia, a Espanha e Portugal exportam em sectores largamente excedentários na Comunidade e que conhecem dificuldades graves: têxteis, siderurgia, construção naval e calçado.

Todavia, outros dados colocar-se-ão com o segundo alargamento, que eventualmente beneficiário os recém-chegados (abertura de fronteiras) e a CEE, cujo mercado interno aumentará para 60 milhões de consumidores. Acrescente-se ainda uma vantagem potencial: as ligações históricas, culturais e comerciais entre Portugal, Espanha e a África e América Latina.

"Os efeitos económicos do alargamento — lê-se em "Regard sur l'actualité" — não serão apenas negativos. Para a França, a abertura das fronteiras jogará favoravelmente, na medida em que os países candidatos, em particular a Espanha, dispõem até agora de uma protecção alfandegária, fiscal e administrativa firme, à qual a adesão porá termo, bem como a acordos antigos, já ultrapassados. Os novos mercados oferecerão às indústrias francesas e ao sector agrícola um novo equilíbrio, desde que se reestruture e reorganize. As regiões do Sul e Sudoeste da França, finalmente desencravadas, já não constituirão uma zona periférica esquecida como até ao presente sucedeu.

"A comunidade, no seu conjunto, receberá novo alento de um mercado com 350 milhões de habitantes cujo poder económico global igualará o dos Estados Unidos".

Deste conjunto de factos apenas se pode deduzir seiff especulação que o segundo alargamento desencadeia questões mais amplas do que o efectuado em 1973.

Porém, a problemática ao centrar-se em termos económicos conduz à subversão absoluta das premissas que se mantêm inalteradas. A solução continua a ser política queiram os "tecnocratas" ou não... E esta, por enquanto, não foi ainda encontrada, oscilando entre o sistema federal ou confederado.

(CONTINUA)

(1) Este artigo completa os artigos 205o. do tratado da EURATOM e 98o. do tratado da CECA.

(2) No. 50: número especial das Comunidades Europeias — Abril de 1979, La Documentation Française, pág. 48.

(3) Nota do Serviço de Informação e Difusão (SID). Primeiro Ministro.

(4) Boletim das Comunidades Europeias, suplemento 2/78, pág. 9.



A) Atribuições específicas  
têm q ver c/ a PR

a) na organização do serviço de apoio do PR (de 1976) está previsto q o P. escolha uma boa série de pessoas q fiquem constituindo um Corpo de consultores

b) o consultor fornece dados, informações, experiência q permitem avaliar melhor de algumas situações

c) o seu contributo insere-se no conjunto de consultas q o PR necessita/ faz. O PR ouve muitas pessoas, mas não iludia q a sua opinião seja



que residam no País há pelo menos seis anos, se declararem que querem ser portugueses.

Quanto aos segundos, refira-se que a sua apresentação e votação assentou «na necessidade de se prestigiarem devidamente as funções a que respeitam». Isto é: razões que não passam propriamente pelo estômago mas, antes, pela dignidade. Ou dignificação de.

No tocante ao Presidente da Republica, o seu vencimento foi fixado em 150 contos, acrescidos de 50 contos mensais para despesas de representação. O diploma aprovado estabelece, ainda, que os presidentes cessantes tenham uma pensão mensal igual a 80 por cento do vencimento que auferiam no desempenho do cargo.

Quanto aos deputados, os seus vencimentos, até agora 39 contos (base) — o equivalente à letra A do Funcionalismo Publico — foram aumentados para 58 contos. Isto é: equiparados a secretários de Estado. Com direito a pensão vitalícia depois de exercerem o mandato por três legislaturas. Muito? Uma exorbitancia, como alguns apregoam? De modo nenhum. Há, efectivamente, que prestigiar certos cargos — e isso faz-se em todos os países.

A questão não deverá, pois, pôr-se nesses termos. Não há quem esteja a ganhar de mais. Há, sim, quem continue a ganhar de menos.

## UM DEPUTADO ESTA SEMANA

### Borges de Carvalho (PPM): a Comissão de Revisão

António Borges de Carvalho. Deputado eleito pelo PPM, dentro da maioria da Aliança Democrática. Em foco de maneira particular, ao ser eleito presidente da recém-criada Comissão Parlamentar para a Revisão Constitucional.

— Está já assente que o mês de Julho será preenchido pelo arranque dos trabalhos da comissão a que preside. Como irão processar-se esses trabalhos?

— Sugi a aos grupos parlamentares que apresentassem projectos para o Regimento da Comissão, donde sairá o projecto de consenso. De resto, todos são de opinião que há que fazer um acerto pormenorizado do funcionamento da comissão...

— Em que moldes?

— Bom, há várias hipóteses colocadas...

— Por exemplo?

— Se deverá funcionar em

termos de plenário (como sabe, a comissão é constituída por 36 elementos, representando todos os nove partidos com assento no hemiciclo); se essencialmente através de uma espécie de comissão restrita, para análise dos projectos de revisão e separação das matérias a níveis de dificuldades; se este trabalho se processe através de uma só comissão ou de várias sub-comissões; enfim: todo um vasto leque de opções a considerar. De qualquer modo estou empenhado em não protelar a discussão do Regimento e destas várias hipóteses mais do que uma semana, a fim de termos as três restantes do mês de Julho inteiramente preenchidas com a análise dos projectos.

— Até que ponto se previu a divulgação destes, a nível do grande publico?

— Pensa-se fazer uma edição dos diversos projec-

tos, cruzando-se uns com os outros. Provavelmente, uma edição que, á semelhança do que se tem feito com as separatas publicadas sempre que o Parlamento vai debater alguma lei de particular importancia, será posta á venda a um preço acessivel. Isto, naturalmente, independentemente da divulgação que os próprios partidos que subscrevem os diferentes projectos de revisão por si mesmos deles façam.

— Não deixa de ser curioso que tivesse sido um monárquico o escolhido para presidir a uma comissão de revisão de uma Constituição da Republica. Como se sente nesse papel?

— Como deputado, sinto-me com os mesmos direitos e obrigações de todos os deputados. A escolha de que fui alvo só me honra e ao



meu partido. E talvez que a própria condição de monárquico me dê ao fim e ao cabo, um particular reforço de isenção perante os projectos em debate.

seguida.

É essa a diferença entre  
um consultor - a conselheira c/  
a executiva fundamentalmente

quem governa  
~~o~~ executa - tem de  
decidir c/ fundamento

em 2.º lugar - as atribuições  
específicas tem q ver  
comigo, c/a pessoa q sou,  
c/as responsabilidades q  
tenho assumido dentro e  
fora do país q c/a m/  
experiência ~~em~~ vivida e  
c/os assuntos q continuo  
estudando

Fundação Cuidar o Futuro



# Fim de festa

Na sua reunião final antes das férias (uma maratona de 23 horas!), o plenário da Assembleia da República debateu uma série de importantes matérias. Desde o Serviço Nacional de Saúde à Lei da Nacionalidade, passando pelos vencimentos do Presidente da República e dos deputados

## Guilherme de Melo

Chegou ao fim a primeira sessão legislativa das quatro que preencherão os trabalhos desta Assembleia da República resultante das eleições de 5 de Outubro. A II Legislatura, para usarmos a expressão exacta e correcta.

E, como não podia mesmo deixar de ser e para que a tradição vinda da anterior se mantivesse, chegou ao fim em clima de gloriosa maratona. Vinte e três horas de plenário (das 10 e 30 da manhã de terça-feira até às 9 e 30 de quarta!), com os deputados deambulando em jeito de soneambulos pelos corredores ou recostando a cabeça pelos sofás que a sombra discreta dos reposteiros do Palácio resguarda, o presidente já sem voz, os líderes parlamentares absolutamente estoirados, e os onze diplomas agendados para a reunião final debatidos e votados á pressão, como o povo diz.

De qualquer modo, não poderá dizer-se que não fizeram jus ao aumento que a si mesmos se deram, ao passar dos 39 contos (base), que ganhavam, para os 58 que passam agora a auferir. Haja Deus!

## A saúde e a doença

Onze diplomas. Dos quais, as dez da noite de terça-feira, apenas um se encontrava vota-

o dia inteiro em exaustivo e acalorado debate: a autorização legislativa pedida pelo Executivo para revogar a lei do Serviço Nacional de Saúde aprovada na anterior Assembleia e publicar uma nova lei sobre a mesma matéria, em sua substituição.

Simplemente aconteceu que o Governo caiu na asneira de fazer acompanhar aquele seu pedido de autorização legislativa já do projecto da nova lei que pretende levar à folha oficial ao abrigo da autorização requerida. E, por que o fez, a discussão, que deveria ter-se centrado única e exclusivamente em redor do pedido em si, deslocou-se para a própria matéria. Isto é: transformou-se num debate entre maioria e oposição sobre o projecto do Governo que não estava, afinal, agendado nem em discussão! Debate que desceu ao pormenor do projecto de diploma, que decorreu quase que artigo por artigo, como se fosse já ele próprio, o referido projecto, tivesse subido ao plenário para discussão e votação. Tudo isto ao longo de horas, em perfeito prejuízo de toda a demais matéria — essa sim — efectivamente agendada, e sem que a Mesa tentasse sequer pôr cobro a tão insólita situação: o debate e votação de uma coisa que não estava ainda em debate nem para votação. Uma vez mais, o surrealismo à lionesco, a que o nosso Parlamento nos foi de

há muito habituando, funcionou em pleno.

Mas já agora, e porque entendemos que o cidadão comum tem, antes dos mais, direito a saber com que linhas se deverá coser (ou o não coser), passemos nós também a falar dessa (nova) Lei do Serviço Nacional de Saúde (o projecto Paulo Mendo, como está a ser conhecido, em oposição ao agora revogado SNS que todo o mundo conhecia por Lei Arnaut) que em 1 de Janeiro de 1982 entrará em vigor.

Diz-se, logo nos seus primeiros artigos, que «é institucionalizado, no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais, o Serviço Nacional de Saúde, constituído pelos serviços e estabelecimentos de saúde do sector público e do sector privado que com aquele actua coordenadamente e em complementaridade técnica, económica e científica». Este Serviço, que abrange os cidadãos nacionais e apátridas que se encontrem no País, tem, logo no seu artigo sexto, uma curiosidade: a criação da «carta de saúde» do cidadão, emitida pelo centro de saúde respectivo, nos termos que vierem a ser regulamentados. Enquanto, no 13.º, se sublinha que «o SNS garante aos cidadãos a liberdade de escolha do responsável pela prestação de cuidados de saúde, dentro dos limites dos recursos humanos, organizativos, técnicos, financeiros e científicos disponí-

veis», implicando o acesso dos cidadãos ao SNS «o pagamento de taxas moderadoras, fixadas de acordo com a sua capacidade económica». Todavia, tal acesso «é inteiramente gratuito para os grupos sociais vulneráveis, nomeadamente os desempregados, grávidas, crianças até cinco anos de idade, pensionistas titulares de pensão social, inválidos e deficientes incapazes de angariar meios de subsistência».

De acordo com o projecto governamental, o SNS será organizado a nível central com funções de concepção, planeamento, normalização, avaliação e tutela e ao nível regional com funções de planeamento, gestão e administração da política de saúde e será financiado por dotações orçamentais a fixar tendo em conta a evolução do Produto Interno Bruto e por outras receitas previstas no diploma ou que venham a ser criadas em legislação especial.

Fica, ainda, determinado que o Instituto Português de Oncologia, o Instituto Oftalmológico e a Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) se coordenam em funcionamento com aquele Serviço Nacional, dispondo os funcionários do SNS de estatuto adequado ao exercício das funções, «delimitado pela ética, moral e deontologia profissionais», sendo os profissionais em causa obrigatoria-

mente registados no Ministério dos Assuntos Sociais.

## Quem aumenta quem

Dado assim, em linhas gerais, o essencial da nova Lei do Serviço Nacional de Saúde, que o actual governo vai fazer publicar ao abrigo da autorização agora obtida por força dos votos da sua maioria no Parlamento, falemos, entretanto, de dois ou três outros diplomas mais, desse lote final reservado para a grande «maratona», e que têm particular interesse para o cidadão comum.

Estão neste caso a Lei da Nacionalidade — já aprovada, antes na generalidade e por nós mesmos trazida, em circunstanciada análise, a esta crónica semanal, em tempo oportuno — e os diplomas que incidiram sobre os novos vencimentos quer do Presidente da República quer dos deputa-

Da primeira, diremos que o novo conceito de nacionalidade passa a basear-se no «jus sanguinis» e também no «jus soli» (isto é: nos laços de sangue e no território nacional, onde o indivíduo nasce), sendo portugueses os filhos de pai ou mãe portugueses nascidos em território português ou, no estrangeiro, se o progenitor aí se encontrar em serviço do Estado. São igualmente portugueses de origem os indivíduos nascidos em território português, filhos de estrangeiros

3) Não é uma coisa espantosa  
ser de uma pátria de poetas?

- Se eu fosse africana falava  
com provérbios...

- ~~Spre~~ ~~por~~ ~~so~~ ~~dizer~~ ~~c/~~ ~~palavras~~  
de outros o q eu n sou capaz  
de dizer.

Fundação Cuidar o Futuro

- Os poemas tocam nas raízes  
das nossas vidas,  
nas experiências q todos  
temos, nos sonhos q todos  
sonhamos

- Lançam fontes

Chove...  
mas é de destino de quem ama  
ouvir um violino até na lama...



Leur rôle dans le monde du travail s'y trouve radicalement démystifié. L'inégalité qui les frappait dans le cadre de la vie familiale devient, dans le marché du travail, l'institutionnalisation massive et légalisée de l'injustice.

La femme ne fait pas sans peine la découverte de sa propre condition d'exploitée. Car, à l'intérieur du monde du travail, la femme trouvait sécurité, garantie financière, voire un certain prolongement du milieu familial dans ce qu'il a d'illusoirement sécurisant : les hiérarchies bien définies, les menus services à rendre à quelqu'un à qui l'on s'attache, l'abandon à d'autres de la décision responsable.

La dénonciation des injustices vécues, la possibilité de se les dire mutuellement, l'analyse du cas particulier dans son contexte social, économique/politique, sont les chemins par lesquels une autre prise de conscience prend forme. Quand les histoires et les expériences deviennent tellement universelles qu'il n'y a presque plus de distinction entre les schémas d'oppression que subissent la femme ouvrière non-qualifiée et la « femme-arrivée » dans n'importe quelle « carrière », le mouvement social qui en naît prend l'ampleur de la mise en question globale de toute la société.

La deuxième condition de naissance d'un mouvement social est ainsi remplie : l'analyse de l'oppression spécifique de ce groupe social ne peut que ramener à l'analyse de tous les éléments qui l'intègrent et à la définition du lien entre cette oppression et les conditions d'oppression engendrées par ce type de société à l'égard de tous ses membres. Elle renvoie à une alternative sociale globale où « l'interdépendance entre les acteurs et les enjeux est totale » (Alain Touraine).

Cette interdépendance est très nette pour les femmes affrontées au travail à l'intérieur de la situation culturelle créée par la relation famille/système socio-économique. L'enjeu y est la reproduction dont la femme vérifie, par le cumul de toutes ses tâches, qu'elle doit en assumer seule toutes les responsabilités. Dans le débordement du privé dans le public, que je signalais

tout à l'heure, « l'orientation culturelle » apparaît en toute clarté : la sexualité est investie désormais de signification politique. L'ampleur de l'enjeu y est tout entière. L'initiative de l'interaction socialement nécessaire, et maintenant inéluctable, revient aux nouveaux mouvements de femmes.

#### *Se nommer pour se dire*

Un peu partout (dans l'hémisphère Nord) les groupes de femmes se multiplient dans un foisonnement étonnant. Chaque groupe naît d'une situation bien concrète et saisit l'aspect particulier qui le concerne existentiellement dans la vaste gamme de conditions auxquelles la société assujettit les femmes.

A cette multiplicité s'ajoute le caractère provisoire de la plupart des groupes. Créés spontanément, ils durent le temps d'un éveil de conscience de leurs membres, s'auto-limitent dans l'accomplissement de leurs propres buts. D'ailleurs, la prise de conscience débouche souvent sur l'action qui est apparue, au cours du processus, comme la plus immédiate, de même que l'action entamée dès la formation de chaque groupe conduit, de façon récurrente, à de nouveaux aspects de l'éveil de conscience.

Une telle mouvance défie tout essai de typologie au moins à ce stade de l'évolution des différents groupes. Une grille d'analyse, pourtant utile, serait à mon avis prématurée car elle ne rendrait pas compte du caractère ouvert des nouveaux mouvements de femmes et figerait trop tôt une réalité dont les contours sont nécessairement mouvants.

Une grille possible — mais trop classique et ne correspondant pas encore, dans ses catégories, à l'originalité des nouveaux mouvements de femmes — serait celle qui renverrait chaque groupe au type d'oppression particulier qu'il dénonce ou au milieu d'où il vient. Il y aurait ainsi les groupes constitués autour de l'axe de la structure familiale contemporaine ; les groupes nés de la prise de conscience de l'oppression sexuelle dénoncée ou camou-

4)

③ Não há contradições

A Fé situa-se a 1 plano  $\neq$   
das ideologias:  
e não são absolutos

Fundação Cuidar o Futuro

Se sou marxista, ... por th.

① existencialista, estruturalista,  
personalista, ~~freudiano~~  
→ referência p:  $\neq$  intelectual

② o q colui no marxismo:  
a leitura do conflito  
sociais e a sua interpretação;



→

sas públicas veio demonstrar que os portugueses queram investir as suas poupanças em alguma coisa que não seja apenas a colocação de dinheiro de depósitos no Banco.

Na cultura, no campo social e no campo económico, não nos limitamos nem nos limitaremos, tecnicamente, a um catálogo de medidas. Temos um projecto, um projecto de libertação da sociedade civil e é esse projecto que está em marcha. E na parte aplicável, ele vai surgir ordenado, faseado, inteligível no primeiro plano a médio prazo desde a reconquista da liberdade: o plano 81/84 que entra em vigor este Verão.

A libertação da sociedade civil constitui, sem dúvida, a alavanca essencial para modernizar a sociedade portuguesa. Correríamos, no entanto, graves riscos de cair numa nova anarquia que, sob uma máscara liberal, conduziria ao mais desenfreado capitalismo, se, ao mesmo tempo, não completássemos a construção do Estado democrático, alicerces fundamentais de qualquer sociedade livre.

É isso, também, que, sempre numa perspectiva de mudança, e como parte integrante do nosso projecto nacional, o Governo tem vindo a fazer nos últimos seis meses e continuará a realizar durante todo o seu mandato.

Claro que a revisão constitucional — que se espera não venha a ser retardada por meras crises ou indecisões na zona da oposição à revisão constitucional democrática — é essencial para a democracia plena a que aspiramos, sem tutelas de órgãos de soberania não eleitos pelo povo.

Mas, entretanto, não parou, nem pode parar, a construção do Estado democrático.

O governo apresentou à Assembleia da República a lei da nacionalidade, lei essencial para que todos os portugueses, vivam onde viverem, possam manter-se ligados à sua Pátria. Lei votada quase integralmente pelas forças políticas com representação parlamentar.

Incentivámos, por outro lado, a autonomia regional dos Açores e da Madeira, o que tem sido feito por actos e não por palavras, como o demonstram os resultados palpáveis da minha visita oficial à Madeira e aqueles que deverão seguir-se à visita oficial aos Açores, no decurso da próxima semana.

Entretanto, procedeu-se à delimitação, em matéria de investimentos, da actuação de administração central, regional e local, incentivou-se,

pela via competente, legal, a criação de associações de municípios, e está em curso a importante revisão da importante lei das finanças locais.

Tudo isto é mudança, e mudança para fortalecer o Estado democrático.

Reafirmamos a autoridade democrática, exercida sempre que necessário: quando das greves impulsionadas por motivos exclusivamente político-partidários, antes e depois do 1.º de Maio, tal como quando de actos isolados de terrorismo que procuram até agora sem qualquer êxito minar a essência do próprio Estado democrático. Autoridade que busca melhores formas de organização, quer, por exemplo, quanto à regulamentação do regime dos estrangeiros, o que já foi feito, quer quanto à melhor coordenação e funcionamento da actividade policial, o que vai ser feito.

#### DESBUROCRATIZAR O ESTADO

Tomamos ainda medidas para que os tribunais funcionem com eficiência e rapidez e esperamos que, até final de 82, as dificuldades que a administração judiciária atravessa sejam claramente superadas. Caminhamos para uma reforma administrativa, que não se completa em seis meses, mas a qual em quatro anos, mas que deverá orientar-se no sentido de desburocratizar o Estado e de aliviar o peso interventor da máquina administrativa. Isso é também cimentar a sociedade civil e, ao mesmo tempo, construir o Estado democrático.

Para tal, contamos com a dignidade e a devoção com que tantos e tantos funcionários se dedicam ao serviço público. Estes funcionários, serão, aliás, certamente, os primeiros a compreender o esforço intenso de contenção dos gastos públicos e de moralização da administração que efectuamos ao longo destes meses, restringindo fortemente as remunerações acessórias, reduzindo drasticamente o trabalho extraordinário, disciplinando rigorosamente as acumulações de lugares públicos e condicionando intencionalmente o alargamento dos seus efectivos.

Tudo isto é mudança, mudança pela democracia portuguesa.

Em coerência com a política interna de construção do Estado democrático, reafirmamos, de vez, a vocação atlântica e europeia de Portugal e temos praticado uma política externa coerente com o nosso destino. Coe-

rência que implica firmeza sempre que necessário, como se verificou nos casos da Aeroflot e da qualificação do embaixador de Cuba como "persona non grata".

Por outro lado, o vector da emigração é fundamental na nossa política externa. Encerrado o ciclo do império, Portugal é um pequeno país quanto ao território, mas uma grande Nação — e disso só temos de nos orgulhar — em termos de implantação cultural, linguística e mesmo populacional, porque, onde quer que vivam e trabalhem portugueses, existe a Nação portuguesa.

#### POLÍTICA EXTERNA CLARA

A opção europeia é clara e indiscutível e é por isso, porque não existe alternativa para a adesão de Portugal ao Mercado Comum, que entendemos não dever entrar na CEE a qualquer preço, e que insistimos em negociar, com firmeza e para bem do interesse, todos os aspectos relacionados com a nossa entrada. Nestes seis meses, acelerámos o ritmo de negociações com Bruxelas — não há, neste momento, qualquer matéria aguardando resposta do nosso lado — e iniciámos simultaneamente as indispensáveis reformas internas de modernização da economia portuguesa, incluindo os projectos relativos aos vinte e três pontos do plano de investimentos que, como ajuda para a preparação da nossa adesão, a CEE concedeu a Portugal. Neste momento, estão entregues vários projectos, entre os quais destaque: o da navegabilidade do Douro, que me é bem querido, o do apoio às pequenas e médias empresas industriais, o da construção das estradas Aveiro-Vilar Formoso e Porto-Bragança e o da construção de novas escolas secundárias.

Os nossos compromissos atlânticos e com a NATO têm sido cumpridos, e neles, bem como nas relações bilaterais com os aliados atlânticos, se tem inserido a preocupação de reequipar as forças armadas portuguesas, preparando, assim, a sua futura integração e subordinação ao poder civil democrático, com plena consciência de que o Governo e as forças armadas se identificam crescentemente quanto aos objectivos que prosseguem, o que é fácil aliás de entender pois ambos têm uma missão nacional a cumprir.

No que toca às relações com países do Terceiro Mundo, verificou-se um autêntico salto qualitativo, traduzido na intensificação dos contactos com Angola e Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bis-

23

sau, S. Tomé e Príncipe, caminhando-se, em clima de abertura e cordialidade, para uma normalização das relações a todos os níveis. E também com os países árabes se avançou e bastante. Prova disso, entre outras, é o saldo da visita que fiz aos Emirados Árabes Unidos e a Omã.

Tudo isto é mudança, e mudança pela democracia. Tudo isto representa construir o Estado democrático, de acordo com o projecto nacional que estamos a prosseguir. Tudo isto, tem sido realizado, com êxito, nos últimos seis meses.

Não pretendo, nem pretendi, de modo algum, esquecer exaustivamente aquilo que fizemos. E muito menos ainda o que vamos fazer até ao fim do nosso mandato. Felizmente, fizemos e vamos fazer muito mais. Desde a definição de uma política industrial e tecnológica ao plano energético nacional; desde os incentivos à exportação que já estão lançados ao lançamento de um programa de mais 26.000 camas no Turismo até 1985; desde a vigilância da qualidade do ar à gestão dos recursos hídricos; desde um programa de ocupação de tempos livres em férias este Verão, que abarcará 14.000 jovens, com a cooperação de 230 autarquias, até ao apoio aos deficientes, num ano em que os seus problemas devem ser especialmente lembrados; desde a construção em curso de 4 hospitais distritais, além do praticamente concluído hospital de Chaves e do novo hospital de Coimbra, que deve estar pronto, aliás, em 1983 e de 17 centros de saúde, em execução desde há um ano, até ao saneamento básico do Algarve e à conclusão, este ano, de mais dois troços da auto-estrada Lisboa-Porto.

#### NINGUÉM SE ILUDA

Não nos iludamos, contudo, nem governantes nem governados. Apesar de vários outros sintomas positivos, em matéria, por exemplo, de investimento nacional e estrangeiro ou de emprego (em fins de Abril havia menos 7249 desempregados registados nos serviços competentes, do que em Dezembro de 1980), apesar de tudo isto, as dificuldades são muito grandes e a algumas delas tenho de me referir, para que os portugueses saibam em pormenor as limitações com que o Governo se debate desde Janeiro deste ano, o dólar valorizou-se em 18 por cento. Em relação ao escudo isto significa que os produtos

→



5) O  $\bar{q}$  pensou: é um problema  
~~ext~~ <sup>to</sup> importante e  $\bar{q}$  deve  
ser apr<sup>o</sup> lado.

Há 4 aspectos ~~de~~  $\bar{q}$  p<sup>o</sup> mil  
das essenciais:

- o direito à vida é um bem  
inalienável / Igreja  
de toda a política  $\bar{q}$  executei  
Constituinte, princípio

- a dignidade humana é  
atingida <sup>Fundação Cuidar o Futuro</sup> pela forma como  
as práticas entre nós grande  
n<sup>o</sup> de abortos clandestinos Pacem  
in  
terris

- a consciência moral de cada  
um é livre e inviolável / Buz?  
const.

- na concepção de um novo  
ser humano, intervir o h  
e a m — é ateu<sup>o</sup>rio  
igualdade de dignidade de



## Os salários dos deputados

### “Ao menos que aumentem a produtividade..”

Sublinhando embora estar de acordo com a dignificação da actividade parlamentar, a Tendência Sindical Reformista Social Democrata (Tesiresd) critica “veementemente” o novo Estatuto dos Deputados, considerando que as regalias

salariais ali consignadas são “um insulto” aos trabalhadores portugueses e muito especialmente aos funcionários públicos que viram nessa mesma Assembleia o seu aumento salarial sancionado a 16 por cento.

Partindo entretanto do princípio de que o “facto está consumado” a Tesiresd, em comunicado ontem divulgado, afirma exigir aos deputados que “justifiquem os aumentos de 50 por cento, aumentando pelo menos na

mesma proporção a sua produtividade de trabalho”.

Aquele organismo social-democrata acusa entretanto os administradores das empresas públicas, nomeadamente da EDP, Portucel, Siderurgia e CP de “perseguirem” os trabalhadores “de índole democrática, designadamente os sociais-democratas”. O medo dos comunistas ou “o deliberado boicote à economia nacional” são apontados no comunicado como razões possíveis para a “perseguição” que denunciam e, ainda, para essa outra que dizem ser “usual” e que se consubstanciará no “prejuízo” causado pelos administradores públicos aos sindicatos da UGT, durante as negociações contratuais.

Segundo Ângelo Correia

## PS não tem hipóteses de voltar a ser Poder

“Não se vislumbra possibilidades de o PS ser poder antes das eleições gerais legislativas, a não ser que se coligue com o general Eanes, o que invalida parte do posicionamento do secretário-geral do PS no interior do seu partido. Depois daquela data também não se vislumbram quaisquer hipóteses” — afirmou ontem o porta-voz do PSD, a propósito de declarações recentes de Mário Soares, proferidas em dois dias consecutivos e posteriormente desmentidas pelo próprio.

“Ficamos sem saber se é o dr. Mário Soares que se distrai e diz coisas que não quer, se são os jornalistas que não ouvem bem” — acentua Ângelo Correia, segundo o qual “qualquer das alternativas não é agradável”, pelo que o PSD “lamenta” ocorrências do género.

Recorde-se que o secretário-geral do PS falou repetidamente sobre a possibilidade do PS ser poder antes de 1984, fornecendo mesmo os cenários para essa eventualidade, o que viria depois a desmentir, deitando assim as culpas para cima dos jornalistas, eternos pagadores pela atribuição de intenções “impossíveis” de imaginar para os políticos que as veiculam.

“Curiosamente, o dr. Mário Soares fala do PS e não da FRS”, o que constitui a

confirmação de que, “findo apenas um ano de formação daquela coligação”, o secretário-geral do PS decidiu “enterrá-la” — concluiu Ângelo Correia, para quem a Aliança Democrática, contrariamente à FRS, “está viva e irá governar para os próximos anos, com a participação activa e empenhada do PSD”.

Entretanto, a comissão política concelhia do PSD de Sesimbra, embora não deixe de “reconhecer os excelentes serviços prestados ao País, ao partido e à democracia” por Helena Roseta, decidiu “reafirmar de formar inequívoca o seu apoio, fidelidade e solidariedade total” a Pinto Balsemão, recusando “o alinhamento em campanhas de “fulanização” dos problemas ou de seguidismo primário, que em nada enobrece os superiores interesses do PSD”.

Reunido extraordinariamente a 29 do passado mês, aquele órgão social-democrata deliberou “reputar” notícias vindas a lume “quer no que respeita a apoios ou sua recusa à deputada Helena Roseta”, manifestando ainda a sua “preocupação para a desinformação que alguns órgãos de comunicação social vêm veiculando”.

E já que falamos de Imprensa, sector em fase de contestação, de salientar que

o dirigente social-democrata Carlos Macedo afirmou quarta-feira (31) Listos, “ser necessário esclarecer” como é que um “documento-pirata” como o comunicado do grupo de estudos do Porto do PSD “surge nos órgãos de Comunicação Social”.

Após informar que o comunicado seria analisado no dia seguinte, em reunião do comité permanente da comissão política nacional do PSD, Carlos Macedo afirmou “não poder estar de acordo em relação a qualquer tipo de crítica que tenha em vista problemas internos do partido ou do Governo e que seja tornado público”.

Ainda no tocante às actividades sociais-democratas, de referir que Ângelo Correia, António Capucho e José Vitorino vão estar amanhã em Loulé, a fim de participarem numa sessão de convívio de militantes e simpatizantes sociais-democratas daquela zona algarvia.

Hoje, António Capucho estará em Grañdola e em Melides, onde efectuará reuniões de trabalho com dirigentes locais do PSD, deslocando-se depois de manhã à Amadora, onde usará da palavra numa sessão de esclarecimento para militantes e simpatizantes do concelho. Finalmente, José Vitorino estará hoje em Aljezur, com o objectivo de auscultar os problemas e realidades da vila.

De um ponto de vista prag-  
onômico, tendo em conta  
o condicionalismo posto  
à liberdade limitado - me a  
desejar

q os direitos cívicos e  
políticos, por um lado  
e os direitos sociais,  
económicos e culturais,  
por outro,  
tenham igual peso no  
conjunto da Constituição

< > 2 Factos int/nais

- pensa/sociedade de Braga  
Católica (I.P. II à UNESCO





• Não há leis intemporais  
mas lei-quadro

q̄ exprima um consenso  
histórico  
e dinâmico

• equilíbrio entre  
Fundação Cuidar o Futuro  
1 mto decisivo  
e o novo



## A revisão constitucional em debate

O CONTRASTE DE DOIS PROJECTOS

# AD conseguirá apenas a revisão constitucional que o PS quiser

MARGARIDA VIEGAS

secção Política

O processo de revisão constitucional, tema forte da campanha das eleições presidenciais, está, finalmente, desencadeado: entregues que foram dois projectos de alteração à Constituição de 1976 na Assembleia da República — o da maioria AD e o da pequena ASDI — iniciou-se uma contagem decrescente que terminará a 24 do mês em curso, prazo limite para a apresentação de outras propostas.

«Tempo» procurou estabelecer um confronto (forçosamente incompleto) entre a actual Constituição e os dois projectos de revisão divulgados, recorrendo a quadros comparativos nas matérias em que também se afigurou possível (Princípios Fundamentais, Parte I — Direitos e Deveres Fundamentais e parte II — Organização Económica) e tentando uma síntese descritiva na parte respeitante à organização do Poder político.

Deste trabalho ressalta a evidência de um forte contraste entre as teses da Maioria e as da Oposição quanto ao sentido e alcance das alterações a introduzir no nosso texto fundamental — não perdendo de vista, naturalmente, o facto de o texto da ASDI constituir, quando muito, um indicador das principais linhas de força do futuro projecto do PS, ou, na hipótese de ainda não afastada de um consenso, do projecto comum da FRS.

E torna-se particularmente clara uma implicação fundamental da vitória do general Ramalho Eanes a 7 de Dezembro: afastada a possibilidade de referendo, e por maioria que a AD seja, cabe ao PS o papel de árbitro da revisão constitucional. Por outras palavras, far-se-á a revisão constitucional que o PS quiser; ou, com maior propriedade, a que Mário Soares quiser. Com a agravante, se assim podemos exprimir-nos, de a verdadeira urgência da revisão morar do lado da Maioria.

Se a fraseologia paramarxista do actual texto fundamental impressiona desagradavelmente o ouvido desafecto, nem por isso tem deixado de revelar-se, na prática, bastante inócua. Não é o facto de a Constituição exigir a todo e qualquer Governo um sério esforço na caminhada para o socialismo que impede o CDS de estar no Poder, ou que converte o mesmo CDS ao socialismo; da mesma forma que a consagração do «exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras» pouco ou nada afecta o mezinho funcionamento ocidental do sistema partidário; tal como, para todos os efeitos, a fidelidade à Revolução, garantida pelo MFA, tem mais valor poético do que propriamente constitucional.

Infinidamente menos abstracto, porém, que a terminologia, é o Conselho da Revolução, que só a revisão constitucional poderá abolir; ou a irreversibilidade das nacionalizações posteriores a Abril de 1974, ou o carácter ilimitado do direito à greve. Muito embora a Constituição possa surgir aos olhos da opinião pública com um certo halo de distância, de coisa jurídica só vagamente relacionada com o curso real dos acontecimentos, há que ter consciência que de que impregna, de facto, o quotidiano dos cidadãos. Quem sinta vontade de ver esse quotidiano infectado num sentido simbolicamente designado por «mais europeu» deve considerar a revisão constitucional, além de necessária, urgente.

Teoricamente, todas as forças políticas democráticas acordam quanto ao imperativo de extinguir o Conselho da Revolução, subordinar o poder militar ao poder político, etc., etc. Na prática, convém, contudo atender a uma diferença essencialíssima: a AD está no Governo e tem por obrigação governar, a FRS está na Oposição e tem por obrigação opor-se. Ou seja, actualmente, e abstraindo de quaisquer consideran-

das ideológicas, o Conselho da Revolução entrava, não a acção da FRS (que não governa) mas sim a da AD.

São estas as balizas teóricas da situação. Atente-se agora no concreto dos dois projectos divulgados. Veja-se que os social-democratas independentes elegem o Presidente da República na «mais alta representação do Estado na ordem externa», atribuem-lhe a condução política de Defesa e das Forças Armadas, dotam-no da faculdade de demitir Governos e concedem-lhe larga preponderância na composição de órgãos a criar, como o Conselho de Estado ou da República e o Tribunal Constitucional. Mais: o projecto da ASDI mantém a Constituição salpicada de referências ao socialismo, sem introduzir alterações de fundo na Organização Económica, na Reforma Agrária, etc..

A Aliança Democrática, por seu turno, além de elaborar propostas sensivelmente opostas nestas matérias, avança disposições claramente vocacionadas para horrorizar a FRS — com destaque para o referendo constitucional, que abriria uma porta tão «inquietante» como o da revisão da Constituição com «dispensa» da cooperação socialista.

Resumindo: maioria embora, muito tem a AD a negociar; e, por mais firme que seja a sua vontade política, muito terá de ceder.

A tarefa de desbravar os caminhos do consenso caberá, em primeiro lugar a uma Comissão Parlamentar de Revisão Constitucional, por enquanto inexistente. Mesmo que tal comissão nasça e venha a funcionar todo o Verão, ignorando as férias parlamentares, é impensável que o debate chegue ao plenário antes de Outubro. E grandes mudanças terão de ocorrer no tradicional ritmo produtivo de S. Bento para que no Ano Novo haja Constituição revista...

### ■ Presidente da República

Tal como se previa, a questão dos poderes do Presidente da República constitui uma das áreas em que mais notórias se tornam as divergências entre os projectos de revisão constitucional da AD e o da ASDI. Não sendo fácil resumir tal matéria, segue-se uma tentativa de resumo.

Em ambos os projectos, o PR perde, obviamente, a presidência do Conselho da Revolução, visto este

órgão ser extinto. Porém, enquanto que a ASDI lhe atribui o direito de nomear cinco membros do Conselho da República (novo órgão), cinco juizes do Tribunal Constitucional (novo órgão) e três membros do Conselho Superior da Magistratura, bem como a presidência do Conselho Superior de Defesa Nacional (novo órgão), a AD limita-se a atribuir-lhe a nomeação de dois juizes do Tribunal Constitucional e a dar-lhe, por inerência, a presidência do Conselho de Estado (para o qual o Presidente não nomeia qualquer membro).

Por outro lado, o PR nomeará, de acordo com o projecto da ASDI, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (bem como, ouvido este, o vice-CEMGFA e os Chefes dos três ramos das FA's); a AD remete a definição da responsabilidade de tais nomeações para a lei ordinária.

O contraste entre as duas ópticas de quanto ao papel presidencial expresso nos dois projectos fica, aliás, bem patente desde logo na alteração que a ASDI propõe para o art.º 1.º, em que define o PR como «órgão que

representa a República Portuguesa e garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas»... A AD limita-se a considerar que «o Presidente da República representa a República Portuguesa e é, por inerência, o Comandante Supremo das Forças Armadas».

A lista de competências do Presidente constante do projecto de revisão da Maioria não contém, a uma primeira observação, alterações de fundo relativamente ao actualmente

disposto, excepto as decorrentes da extinção do Conselho da Revolução e transferência de suas competências para outros órgãos de soberania: sucede, porém que, ao contrário da que hoje se verifica, o exercício de praticamente todas essas competências passa a carecer de referenda governamental...

A ASDI, por seu turno, para além de atribuir ao Presidente uma posição de relevo em matéria de Defesa Nacional, optou por considerá-lo constitucionalmente como «a mais alta representação do Estado na or-

dem externa» — uma área em que os dois Governos AD continuamente defloraram o que consideram interferência abusiva do actual Presidente.

Manifesto desacordo, também, quanto aos trâmites de promulgação da legislação.

O projecto da AD elimina a possibilidade do famoso veto de bolso. Assim, a partir da data da recepção de qualquer decreto da Assembleia da República, o PR dispõe de quinze dias para promulgá-lo ou, exercendo o direito de veto, solicitar à Assembleia nova apreciação do diploma;

① Papel fundamental:  
como atualização e reforço  
dos valores conquistados pela  
revolução de Abril.

Dai a necessidade de ter sido  
feito um debate a ~~nível~~<sup>nível</sup>  
nacional;

deputados como criadores de  
evidências políticas

negociações entre forças políticas  
e entre técnicos do direito  
constitucional

→ JEC. constitucional  
importa a toda a  
gente (os políticos, a  
maior parte juristas)



DE 299 DIPLOMAS apresentados na Assembleia da República, durante a actual sessão legislativa (iniciada em Outubro do ano passado), apenas 48 foram aprovados na generalidade e na especialidade. Destes 29 são de iniciativa governamental (Propostas de Lei), sendo da autoria de deputados os restantes 10%.

O Governo entregou no Parlamento 42 Propostas, seis das quais datam do tempo de Sá Carneiro. O Executivo Regional da Madeira avançou com mais cinco e o dos Açores com 2 (num total de 49 Propostas de Lei).

Entre as 29 aprovadas na generalidade e especialidade, contam-se o Orçamento Geral do Estado, as Grandes Opções do Plano, a Delimitação dos Sectores Público e Privado, a Lei da Nacionalidade, as várias alterações ao Código Penal (incluindo a chamada Lei Antiterrorista) e a recente autorização legislativa para a liberalização do comércio dos cereais, que justificou a convocação de uma sessão plenária especial para o próximo dia 7. Uma outra, aprovada só na generalidade, relaciona-se com a condução de veículos sobre a influência do álcool.

Quanto aos Projectos de Lei (de deputados), dos 19 que foram aprovados na especialidade e na generalidade (deram entrada 250), 7 são da oposição. É o caso dos que dizem respeito à Associação de Defesa dos Consumidores (um do PS, outro do PCP e outro ainda da

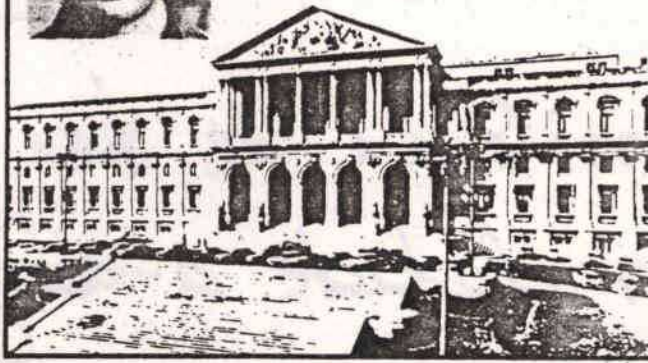
ASDI); à igualdade dos cônjuges (PCP); à defesa dos direitos dos trabalhadores estudantes (PCP); ao acompanhamento familiar das crianças hospitalizadas; e, finalmente, à cidadania portuguesa (ASDI). Constatou-se, assim, que a maioria dos diplomas da oposição que receberam aval parlamentar partiram dos comunistas.

Houve ainda 11 Projectos aprovados apenas na generalidade (entre os quais, os sobre os contratos a prazo, do PS e da UEDS, e o sobre as associações religiosas, da ASDI). Foram ainda rejeitadas 13 iniciativas da oposição e retirada uma do PSD (que previa a criação da Escola Superior de Medicina Dentária, em Coimbra).



## Nos corredores de S. Bento

Pedro d'Anunciação



# Foram aprovados 48 dos 299 diplomas apresentados na Assembleia

Todos os diplomas pendentes poderão ser apreciados durante a próxima sessão legislativa. Os Projectos de Lei só caducam, quando termina a legislatura, e as Propostas, quando cai o Governo.

Nesta sessão, a AD apresentou 4 Projectos de Lei, o PSD e o CDS, conjuntamente, 1 (entrada em vigor do Código do Processo de Trabalho), o PSD mais 44, o CDS 19, o PPM 8, a FRS 1 (sobre a aplicação de diplomas ao pessoal das juntas de freguesia), o PS 59, a ASDI 40, a UEDS 3 (entre elas, a que pretendia impedir o estacionamento de armas nucleares em Portugal), o PCP 70 e o MDP 1.

Por outro lado, desde a tomada de posse do Executivo de Pinto Balsemão, deram entrada 1690 requerimentos ao Governo (1468 da oposição e 222 da maioria). O PSD subscreveu 154, o CDS 50, o PPM 18, o PS 143, a ASDI 642 (batendo todos os recordes), a UEDS 91, o PCP 551, o MDP 30 e a UDP 11. Por intermédio do gabinete do ministro de

Estado, Basílio Horta foram dadas respostas a 355, o que, apesar de tudo, representa um esforço relativamente aos governos anteriores.

Os requerimentos abrangem temas que vão desde os semáforos colocados no cruzamento de S. Bento até ao papel de Portugal na NATO. Contudo, a maioria deles refere-se à Comunicação Social (a Televisão é a principal visada) e à actuação dos Ministérios da Educação e da Agricultura.

### Sessão para cereais

A actual sessão legislativa será interrompida no próximo dia 31, sendo retomada em 15 de Setembro, para se prolongar até ao início da seguinte

(em 15 de Outubro). Inicialmente, estabeleceu-se que, a partir do passado dia 1, os deputados se debruçassem exclusivamente sobre os projectos de Revisão Constitucional. Porém, a declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei sobre a liberalização do Comércio de Cereais (maté-

ria que a Comissão Constitucional considerou ser da exclusiva competência da Assembleia), na última segunda-feira, levou o Governo a apresentar um pedido de autorização legislativa. Uma vez que estes pedidos regimentalmente, só podem ser votados 5 dias depois de darem entrada na Mesa da Assembleia, foi convocado um Plenário para o próximo dia 7.

Neste Plenário, para além dos Cereais, serão apreciados dois outros diplomas, sobre a definição das categorias das povoações e sobre a delimitação dos investimentos das administrações central, local e regional.

### Revisão Constitucional

Entretanto, na quinta-feira de manhã, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Revisão Constitucional. Durante a reunião, debateram-se genericamente dois projectos de Regimento (de Margarida Salema, do PSD, e de Jorge Miranda, da ASDI) e discutiu-se o modo de funcionamento da Comissão. Finalmente, deliberou-se que, na próxima reunião, marcada para dia 8, a Mesa da



L. Pires:

Q papel atribuí à rev. Comst?  
E nessa rev. Comst. quais são os  
contos sociais e econ. q consi-  
dera + importantes?

---

1) 9/12/80 → "capacidade de mobilizar 10% de PE" →

Q e a " na hipótese de  
Q manteria sobre a formação de  
partido pres.?  
Qual a sua opinião, e tem os  
sociais e políticos, e tem os  
\$ a aparência de 1/2 partido?





40  
Bl.

41

## II LA PAROLE DES FEMMES : QUE DISENT-ELLES ?

Les listes de la page précédente ne sont pas complètes, je me suis presque exclusivement limitée à des appellations existant en français et en France. C'est à dessein contre ce fond de paroles de femmes qui s'amuse avec elles-mêmes et qui, en même temps, veulent faire sauter des choses trop figées que nous allons réfléchir. Je ne parlerai pas seule. ~~J'ai choisi aussi de donner des~~ <sup>Je citerai</sup> textes pour faire parler, à travers moi, d'autres femmes qui réussissent à dire, beaucoup mieux que moi, ce que j'aimerais dire.

Fundação Cuidar o Futuro

### LIBÉRATION DE LA PAROLE

Ce mot que l'on a trop utilisé peut paraître superflu. En effet, de tout temps les femmes ont parlé. On les dit même bavardes, très bavardes. De quelle libération parlons-nous donc quand nous disons : « la libération de la parole des femmes » ?

S'agit-il d'une parole nouvelle ? Que véhicule-t-elle pour être à la fois exaltation pour les femmes qui y participent et menace pour ceux ou celles qui n'y participent pas ? Que disons-nous ? Qu'écoutons-nous ?

Il est vrai que cette parole se fait entendre dans un contexte

2) quais são as atribuições específicas como conselheiros do PR?

3) e quase todos os seus discursos citava pelo menos um poeta ou escritor

é mero exercício de estilo

Fundação Cuidar o Futuro

ou forma particular de

ver a política

a nível do em geral?





répression finissent par faire partie de l'individu même et que celui-ci en tire. Et quand par hasard la femme prend conscience de sa servitude et la rejette, comment, à qui peut-elle s'identifier? Où réapprendre à être, où réinventer le modèle, le rôle, l'image, le geste et le mot quotidiens, l'acceptation et l'amour des autres, et les signes d'acceptation et d'amour? (...)

...(comment) inventer seule une mère, une héroïne, une idéologie, un mythe, une matrice qui t'auraient donné épaisseur et sens devant les autres, qui t'auraient ouvert un chemin jusqu'à eux, sinon pour communiquer, au moins pour les inquiéter?

Voilà le sens profond des nouveaux mouvements de femmes : au moins qu'ils nous inquiètent !

Don propre profit



⊗ La traduction des éditas du seuil cache cet oubli. J'ai parlé avec l'une des auteures portugaises - Teresa Hortes - qui m'a dit que, basir, il fallait corriger la phrase

*Foisonnement de termes...*

*Des mots qui parlent...*

*Une façon pour les femmes de se voir ensemble...*

*Des femmes qui s'amuse avec elles-mêmes et qui en même temps veulent faire sauter des choses trop figées...*

Quelques exemples :

*Cliché à nous  
fourna*

4) <sup>MP</sup> dá-nos a impressão de ter uma <sup>única</sup> denúncia  
p. a ideologia marxista mas de  
dito várias vezes e s/escondes  
ser católica. Como explica tal  
contradição?

5) proj. - lei aborto

Qual a sua posição como  
mulher s/ tal assunto?

Fundação Cuidar o Futuro





semblant de... » (beaucoup de bruit pour laisser penser que tout se fait !). La situation n'est pas sans parallèle avec le néocolonialisme économique et culturel qui a suivi l'indépendance de l'hémisphère Sud. L'analyse des conséquences, à la lumière d'un tel parallèle, ne serait pas sans intérêt. //

La récupération va jusqu'à changer la question de la condition des femmes en « objet de consommation ». Une question... qui paie ! On lit, on discute, on écrit à ce propos, on constitue des groupes d'action et d'étude. Bref, le mouvement risque d'être englouti et résorbé dans tous les rouages de tous les systèmes. Est-ce que son sort sera semblable à celui de la révolte des jeunes dans les années soixante ? Voilà une question que l'on peut légitimement se poser.

Dans cet ordre d'idées, certains groupes de pointe prennent une attitude radicale. Par exemple, deux faits très curieux. En janvier 1979, le groupe belge qui a publié pendant cinq ans les *Cahiers du Griffon* et le groupe français « Pratique psychanalyse et politique » qui a publié pendant un an *Des femmes en mouvements* arrêtent d'un coup leurs publications ainsi que leurs activités plus ou moins organisées. Ils ne veulent pas être dévorés par les tâches à accomplir. Une femme belge le dit très bien : « Prendre le téléphone, ... mettre l'une en contact avec l'autre, ... faire rapidement des sandwiches, ... écrire un article à vol d'oiseau, ... Ce n'est pas ça qu'on veut. Ça, c'est le rouage qu'on a connu partout, de la même façon. » Leurs membres veulent se donner le temps d'être. Voilà ce qui ne se prête pas à récupération facile !

#### *Au-delà de la récupération, la marginalité ?*

En amenant à l'extrême pointe leur position sur l'autonomie des mouvements de femmes, ces groupes ne risquent-ils pas de tomber dans la marginalité, l'autre terme de l'ambiguïté qui les guette dès le début ? En effet, la marginalité est déjà connue des mouvements de femmes. La question qui leur est posée serait

plutôt, aujourd'hui, celle-ci : comment, face à la récupération, est-il possible de rester marginal ? Car le déplacement périphérie-centre, marge-courant, ne doit s'accomplir qu'au moment historique opportun. Le marginal peut-il devenir déjà le grand courant, la grande mouvance, ou est-ce trop tôt ? Est-ce que le périphérique peut déjà occuper le centre, sans qu'il y soit totalement noyé ? Car, pour qu'un tel mouvement social soit un courant qui déborde les marges, qui dépasse le marginal, il lui faut non seulement une certaine masse critique, mais aussi une stratégie pour une alternative de société. C'est en écoutant la parole des femmes et en essayant de cerner leur agir que nous pourrions mieux saisir la force potentielle de la marginalité voulue et renforcée.

Pour terminer, j'aimerais faire le résumé de tout ce que je viens de dire en choisissant un passage du livre, qui a eu un grand succès il y a quelques années, *livre* de mes compatriotes « les trois Maria » : les *Nouvelles Lettres Portugaises* où, en quelque sorte, elles disent, d'un point de vue littéraire, ce que je viens de dire si longuement :

Je sais bien que la révolte de la femme est celle qui mène à la convulsion dans toutes les couches sociales ; rien ne reste debout, ni les relations de classe, ni celles de groupe, ni celles d'individus ; toute la répression devra être déracinée, et la première répression, sur laquelle est assise toute l'histoire du genre humain, créant le modèle et les mythes des autres répressions, est celle que l'homme fait subir à la femme. Aucun équilibre antérieur à nous ne sera donc plus possible, à partir de ce moment, nous ne pourrions même plus manipuler nos enfants. Tout devra être nouveau et nous avons tous peur. Et le problème de la femme, dans tout cela, n'est pas celui de perdre ou de gagner, c'est celui de son identité. Que dans cette société beaucoup de choses la gratifient, cela ne fait aucun doute ; mais que la femme (et l'homme) n'ait pas conscience de la façon dont elle est manipulée et conditionnée, cela offre encore moins de doute. La répression parfaite est celle qui n'est pas ressentie par celui qui la subit, celle qui est assumée tout au long d'une sage éducation, de telle manière que les mécanismes de